



Protestantismo em Revista é licenciada  
sob uma Licença Creative Commons.

## O cristianismo mediterrâneo do século I: uma aproximação

The Mediterranean Christianity from the 1<sup>st</sup> Century: an approach

Jorge Martins de Jesus\*

Teólogo (UMESP)  
jorgemartinsdejesus@hotmail.com

### Resumo

O artigo objetiva refletir, de forma pontuada e breve, sobre a comunidade cristã existente em algumas áreas delimitadas em torno do mediterrâneo durante o primeiro século, sem a pretensão de explorar todos os conceitos que o tema envolve, sabendo, com isso, do rico material já desenvolvido pelas pesquisas acerca do Jesus histórico e da amplitude do tema. Sabe-se que o cristianismo mediterrâneo não era homogêneo em sua constituição, de forma que seria incorreto falar de um cristianismo mediterrâneo, mas, conforme demonstrado pelas pesquisas recentes do Novo Testamento, houve uma comunidade cristã formada a partir de uma pluralidade de cristianismos, os quais, devido a condicionamentos regionais, culturais e religiosos distintos, recebiam características e identidades próprias. Com isso, o artigo busca verificar como a comunidade cristã mediterrânea era vista e como ela respondia aos desafios do contexto que a cercava.

### Palavras-chave

Cristianismo mediterrâneo. Ásia Menor. Contextos. Igreja.

### Abstract

This paper aims to reflect briefly about the existing Christian community in some areas bounded around the Mediterranean during the first century, without the intention to explore all concepts that this subject involves and being aware of the rich material already developed by the research on the historical Jesus and the breadth of the theme. We know that the Mediterranean Christianity was not homogeneous in its constitution, so that it would be incorrect to talk about a Mediterranean Christianity. However, as shown by recent researches on the New Testament, there was a Christian community formed from a plurality of Christianities, which ones, due to regional, distinct cultural and religious conditioning, built different characteristics and each identity. This article seeks to ascertain how the Mediterranean Christian community was seen and how it responded to the challenges of the context.

---

\* Graduado em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente na cidade de Campinas/SP, Brasil. E-mail: jorgemartinsdejesus@hotmail.com

**Keywords**

Christianity Mediterranean. Asia Minor. Contexts. Church.

**Considerações Iniciais**

A necessidade de uma hermenêutica coerente ao contexto bíblico-histórico que originou os escritos neotestamentários e a relevância do conhecimento das situações concretas que permearam a comunidade cristã receptora dos referidos escritos, conduz-nos a explorar as riquezas fixadas na história das civilizações e na historicidade do cristianismo, chaves hermenêuticas para interpretar e desenvolver o presente. Como sinalizado pelo Prof. Dr. Eduardo Arens, a condição para uma interpretação correta e eficaz dos escritos do Novo Testamento – como também de toda a escritura sagrada – é que ela seja coesa ao acontecimento histórico que a originou ou, que esteve em seu entorno. Diz ele:

[...] se quiser compreender o que um autor como Lucas quis comunicar a seu auditório (a comunidade para a qual escreveu) acerca da pobreza e riqueza, será necessário tomar consciência de que não tratou em seu evangelho desses temas por lhe terem ocorrido espontaneamente ou por tê-los de interesse teológico. Fez-lo antes porque correspondiam a uma situação concreta: havia nessa comunidade um conflito relacionado com as diferenças socioeconômicas entre seus membros.<sup>1</sup>

Ou seja, os textos bíblicos foram produzidos em circunstâncias históricas e concretas em sua época, condicionados e em diálogo com elas. Assim, segundo Eduardo Arens, os textos bíblicos foram redigidos tendo precisamente em conta, essas circunstâncias políticas, sociais, econômicas e religiosas, com a “finalidade de orientar seus destinatários em como viver a fé nas condições ou circunstâncias em que se achavam”.<sup>2</sup>

Assim, a necessidade e premência de estudos que contemplem tais temas objetivando fundamentar e legitimar uma exegese coerente e uma correta hermenêutica é evidente. Para isso, e de forma breve, o presente artigo busca analisar as possíveis circunstâncias, condicionamentos e desafios que cercaram e deram forma ao cristianismo nascente no mediterrâneo do primeiro século. A delimitação da região a ser estudada revela-se como um desafio à pesquisa devido ao vasto território que compreendeu a região mediterrânea no primeiro século. Não apenas isso, mas também, a cultura objeto da análise: a cultura greco-romana. Pois, sabendo-se que a cultura greco-romana era predominantemente resultado da matriz helênica (334 a.C), o território a ser estudado formaria uma região muito vasta em extensão, da qual, a análise das diversas

<sup>1</sup> ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para compreensão do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 5

<sup>2</sup> ARENS, 1997, p. 12.

características sociais, políticas e religiosas, não caberia no escopo de um artigo. Por isso será utilizada, quando necessária, a seguinte delimitação geográfica:

- cidades costeiras: Trôade, Pérgamo, Éfeso, Mileto, Lícia;
- cidades próximas às cidades costeiras: Frigia, Colossos e Cária;
- cidades mais ao leste da costa: Mísia, Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra, Derbe e Tarso (não confundir com Tarso na Grécia);
- região extremo oriental: Ponto, Galácia e Capadócia.

Tal localização geográfica e com características próprias, infere uma comunidade de cristãos que foi objeto de atenção e do cuidado apostólico marcadamente notório no Novo Testamento: a comunidade cristã orientada pelo apóstolo Paulo. A partir dos ensinamentos transmitidos pelo apóstolo à comunidade cristã localizada na Ásia Menor, verificar-se-á as características e situações fundantes sobre parte dos cristianismos originários do Mediterrâneo. Com isso, iremos refletir sobre quais foram as respostas dadas pelo cristianismo aos desafios que lhe foram apresentados. Verificando, qual foi a orientação e ensino apostólico para a vivência da fé naquelas circunstâncias.

O artigo desenvolve-se através de seis seções distintas: a situação política; a situação socioeconômica; a situação religiosa; a comunidade cristã; os desafios prementes; e as propostas dadas como resposta pelo cristianismo ao contexto da época. Em relação à situação política é verificado o que mais se aproximava da realidade política na região do mediterrâneo durante o 1º século. Especificamente, a partir do conhecimento de como era estruturada a sociedade greco-romana, o significado e a extensão do termo *Pólis* e suas características próprias, alvo da política na época. A administração local das cidades também será objeto de atenção. Visto que a partir das pesquisas sobre a administração local das cidades, colônias e municípios, têm-se maiores detalhes a respeito da política exercida no mediterrâneo.

Feito isto, é então observada a situação socioeconômica, inicialmente descrevendo-se como eram feitas as catalogações sociais no mundo greco-romano e posteriormente, uma descrição dos respectivos estamentos ou níveis sociais. Será delimitado quem eram os pobres e quem eram os ricos, assim como, a definição e abrangência dos termos que o descreviam e como eram socialmente tratados na época. Depois destas e outras verificações, serão agrupadas e relacionadas como desafios prementes todas as carências, limitações e deficiências estruturais da sociedade mediterrânea do primeiro século, descrevendo-as em seus aspectos políticos, sócio-econômicos e religiosos da época.

### **A situação política**

Um aspecto importante e fundamental à pesquisa dos cristianismos originários é o material bibliográfico que se tem desenvolvido em torno do tema. Um tema que era quase

ignorado até a metade do séc. XX, nos últimos vinte anos ganhou importância e hoje é um tema de ponta na pesquisa do Novo Testamento. Tanto por teólogos e cientistas da religião, como também por historiadores, arqueólogos e antropólogos. Destaque para as obras do irlandês John Dominic Crossan, do alemão Martin Hengel, dos americanos John P. Meier e Archibald Mulford Woodruff, e dos brasileiros André L. Chevitaressi e Pedro Paulo Funari.

Feita esta observação, iremos nos aproximar da situação política mediterrânea do séc. I compreendendo primeiramente o significado e a delimitação do termo *Pólis*. Principal objeto da política mediterrânea. O termo *Pólis* pode ser traduzido por cidade e entendido como um território com um centro político-administrativo, limitado geograficamente e composto por uma área dedicada à agricultura e a pecuária. No centro político-administrativo residiam os magistrados, os quais, cercados por edifícios, expressavam a “unidade dos cidadãos”. Para ser qualificada como *Pólis*, era necessário que possuísse uma mínima auto-suficiência econômica e de autonomia política.<sup>3</sup>

Vale lembrar que a *Pólis* tem parte de seu significado extraído da cultura helênica. Pois até o reinado de Filipe o macedônio, pai de Alexandre o Grande, não existiam as chamadas cidades; porém, um único povo hegemonicamente estruturado sob um único domínio. Assim, na cultura grega clássica, conforme indicado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Garcia<sup>4</sup>, a cidade-estado conferia identidade e pertença ao seu habitante. Sendo estas últimas fortalecidas pelos jogos, força e forma do pensar grego. Características essas que foram transmitidas ao longo dos períodos de dominações e chegaram à cultura greco-romana mediterrânea do primeiro século. Porém, atualizadas e adequadas no formato da *Pólis*. Assim, a cidade evidenciava sua categoria por meio de suas edificações e atividades. De modo que seus habitantes procuravam embelezá-la e realizar, o quanto possível, atividades espetaculares. Pois assim seriam manifestados o devido orgulho e respeito derivados da *Pólis*.

As *Pólis* estavam sob o domínio romano e como tal, governadas segundo o que cabia a cada uma delas dentro da classificação romana das cidades. As mais privilegiadas eram as colônias. “[...] formadas a partir de veteranos do Exército, como Filipos, Icônio e Listra na Ásia Menor. Sua fidelidade a Roma era inquestionável e estavam isentas de impostos”<sup>5</sup>. Depois das colônias, haviam os chamados municípios, cujos habitantes recebiam o privilégio da cidadania romana, como Tarso e Éfeso. E por fim, as outras cidades cuja autoridade máxima era Roma e estavam inteiramente sujeitos aos impostos.

O governo de uma *Pólis* na Ásia Menor exercia o que poderíamos chamar hoje de *clientelismo* com o império de Roma. Pois, enquanto Roma estimulava o estabelecimento

---

<sup>3</sup> ARENS, 1997, p. 36.

<sup>4</sup> GARCIA, Paulo Roberto. Guia de Estudos: *Desenvolvimento histórico e sistemático*. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2010, p. 65.

<sup>5</sup> ARENS, 1997, p. 55.

das Aristocracias e Oligarquias para os governos locais, estes últimos retornavam-lhe o favor em forma de impostos, fidelidade e “adoração” ao imperador. Eduardo Arens ressalta que:

Os cargos municipais e as funções administrativas de uma cidade eram em sua maioria *ad honorem*, assumiam-se para ser adulado, louvado e aplaudido; esse era o seu pagamento! Não só não se recebia salário, mas era necessário ter dinheiro suficiente, pois com o cargo se esperava que o funcionário gastasse dinheiro com doações, quer para construções, reformas de edifícios ou ornamentações, ou para celebrações diversas. E o funcionário o fazia com gosto, para provocar assim a reação da adulação e louvor por parte do povo, inclusive de Roma, e ter a satisfação pessoal que isso acarretava num mundo que vivia precisamente da “honra”. Testemunha-se isso através das inúmeras inscrições que se encontram em toda a parte da Ásia Menor.<sup>6</sup>

O sustento do luxo de Roma e de toda a logística para a sua ostentação, principalmente das famílias dos imperadores, recaía exclusivamente em suas províncias. Com isso, Roma comprometia-se em cuidar bem delas e de protegê-las assegurando-lhes a paz. O que significava para seus negociadores segurança e rentabilidade para os negócios. Para Roma, fonte de renda à sua ostentação.

O governo das cidades estava em mãos de um conselho chamado *boulê*. Uma espécie de senado, cujos membros não eram eleitos pelo povo, mas sim, por um núcleo que geralmente detinha o poder e o controle sob a vida política das cidades: a aristocracia e a oligarquia. Estes se inclinavam para aqueles que ofereciam mais benefícios para a cidade. Neste caso, entendo benefícios como honrarias, riqueza e espetáculos. Pois a configuração e estrutura estética de uma cidade eram mais importantes do que as condições socioeconômicas de seu próprio povo, tendo então como principal e quase único beneficiado, a classe dominante. A riqueza, o esplendor e o fausto de uma cidade eram os reflexos de sua aristocracia, e não da maioria da população<sup>7</sup>. Esperava-se então, a adoração e o devido respeito prestados a cidade. Principalmente, por meio da adoração de seu respectivo deus padroeiro. Era considerada uma necessidade primária e privilegiada aos seus habitantes.

Percebe-se a partir disso, que a política estabelecida e desenvolvida na Ásia Menor, berço da comunidade cristã mediterrânea do primeiro século, influenciava, e quando não, decidia o aspecto social e econômico da sociedade de então. Com isso, é fundamental para uma compreensão contextual do Novo Testamento o conhecimento, mesmo que breve, da situação socioeconômica do mediterrâneo no primeiro século.

---

<sup>6</sup> ARENS, 1997, p. 58.

<sup>7</sup> ARENS, 1997, p. 105.

## A situação socioeconômica

Primeiramente deve-se saber que a classificação ou o status social no mundo greco-romano não correspondiam a fatores puramente econômicos e sim, a fatores como liberdade e cidadania. Segundo Arens, na realidade nascia-se em numa categoria ou posição social. O nível da família que se nascia é o que determinava o status social de uma pessoa.<sup>8</sup>

Na sociedade da Ásia Menor, as posições ou estamentos eram menos rígidos do que na sociedade propriamente romana. Em Roma existiam as chamadas *ordines* que, mais que categorias sociais, eram categorias jurídicas para catalogar a aristocracia e não para verificar o estamento ou a condição social de um povo. Destacavam-se a *ordo senatorius* e a *ordo equestre*. Verifica-se a partir disso que não se constituía uma preocupação para Roma ter em conta as diferenças sociais contidas entre a sociedade em geral. Mas apenas conhecer e reconhecer os níveis de poder e domínio entre os escalões do império.

Já no mundo grego, segundo pesquisadores, havia o termo *status* ou estamento para classificar socialmente um grupo ou uma pessoa. Podemos ter uma idéia dessa classificação a partir de como ela era estabelecida, ou seja, na forma piramidal. Na cúpula da pirâmide estava a aristocracia, e “na larga base, o conjunto do ‘proletariado’, os honoráveis e humildes”.<sup>9</sup> A aristocracia (*honestiores*) era composta pelas famílias tradicionais: família imperial, senadores, os equestres e os decuriões. Não chegavam a somar 2% da população global. O “povo” (*humiliores*) era constituído por todos que não faziam parte da aristocracia e precisavam trabalhar para viver.

Fundamental para a compreensão do status na sociedade mediterrânea greco-romana localizada na Ásia Menor é saber que ser livre era muito mais importante que ser rico ou pobre. A liberdade de uma pessoa era muito mais importante do que seu status e condição econômica. Prova disso, é que na época um escravo podia ter boas condições financeiras e até empregados sob sua tutela, porém, era um escravo. Ser um cidadão significava estar acima dos estrangeiros. E ser cidadão romano ainda dava uma cota maior, um *plus* no status. Ou seja, a posição social era determinante na avaliação da própria pessoa, de seus direitos e de como se relacionava com o outro. Sobre este aspecto, Eduardo Arens elucida o seguinte:

As pessoas eram tratadas segundo a posição social que ocupavam: o escravo não era tratado da mesma forma que o senador, nem o homem igual à mulher, nem o nascido livre igual ao liberto. [...] A posição social era mais que roupagem e etiquetas: significava privilégios e direitos; poder e

---

<sup>8</sup> ARENS, 1997.

<sup>9</sup> ARENS, 1997, p. 47.

influência. [...] Evidenciava-se isso nos foros legal, jurídico e de celebrações públicas.<sup>10</sup>

Deve-se destacar que a comunidade cristã mediterrânea da Ásia Menor estava inserida totalmente nessa classificação e dela recebia sua influência. G. Theissen pensa que este era um dos problemas a que se referiu Paulo em 1Cor. 11.17-34: “o aristocrático dono da casa discriminava os irmãos de estamentos inferiores”.<sup>11</sup>

Faz-se também necessário uma breve descrição de alguns estamentos sociais como: os escravos, os libertos, os camponeses, os cidadãos e os pobres. Objetivando ter-se uma idéia de como aconteciam as relações sociais no mundo mediterrâneo greco-romano, e conseqüentemente entender como as comunidades cristãs viviam em tal sociedade. Sabendo que o cristianismo estava representado em todos os estamentos.

Segundo pesquisas, escravo (*doulos, servus*), era toda pessoa desprovida de liberdade, “[...] cujos direitos e trabalho estavam integralmente em mãos de outrem, que era o seu senhor e amo (*kyrius, dominus*); e de cuja propriedade era”.<sup>12</sup> A pessoa era escrava por ter nascido de pais escravos, por ter sido feito prisioneiro ou por necessidade pessoal. Quando por isso vendia-se para sobreviver ou para pagar alguma dívida. Neste último caso, poderia ser chamado de servo. Contudo, o escravo era “propriedade” valiosa. Portanto, alvo de cuidados estratégicos:

[...] em meados do século I d.C, o famoso Columella em sua obra *De re rústica*, dá uma série de recomendações sobre a maneira de tratar os escravos no tocante a roupa, habitação, vida familiar, saúde e etc., mas não o faz por sentimentos humanistas, mas para que sendo assim tratados, trabalhassem mais.<sup>13</sup>

No entanto, não se deve pensar de forma redundante na condição do escravo na Ásia Menor do I Séc. a.C. Havia também entre os escravos gente culta, mestres e filósofos, poetas e artistas, do quais alguns atuavam como pedagogos e tinham a devida consideração de seus senhores. Porém, privados de liberdade plena.

Um escravo podia obter a liberdade. Condição essa, característica de outro nível social: os libertos. Os libertos eram pessoas que anteriormente na condição de escravos puderam obter a liberdade como resultado de um gesto de gratidão do seu senhor (manumissão), ou pela compra de sua liberdade (redenção). No entanto, as possibilidades para a liberdade do escravo eram controladas de forma que não houvesse um grande número de libertos. Ou seja, era “bom” que não houvesse muitos libertos. Contudo, pelos

<sup>10</sup> ARENS, 1997, p. 49.

<sup>11</sup> THEISSEN apud ARENS, 1997, p. 49.

<sup>12</sup> ARENS, 1997, p. 60.

<sup>13</sup> ARENS, 1997, p. 63.

fins do século I, o historiador Tácito apontou em seus *Annales* (XIII, 27), que “grande parte da nobreza romana descendia de libertos”.<sup>14</sup>

Quanto à categoria camponesa, grande porcentagem do Império Romano, e com certeza da Ásia Menor, era camponesa. Para ser proprietário de pequena gleba de terra era necessário ser antes de tudo cidadão. Havia dois meios pelos quais se obtinha a cidadania e, por conseguinte, tornar-se um/a cidadão/ã: a cidadania do lugar de procedência, ou seja, do lugar no qual a pessoa tinha nascido, se ela era livre; E a cidadania romana propriamente dita. A cidadania romana se passava de pai para filho, era hereditária. As pessoas livres eram juridicamente cidadãos romanos, ou estrangeiros (*peregrini*); os escravos careciam de cidadania.

Em relação aos pobres é preciso esclarecer antes o que significava ser pobre na região mediterrânea durante o I Séc. a.C. Ser pobre não era precisamente resultado financeiro, mas sim, resultado da categoria social em que se nascia ou em que se vivia. Havia dois tipos: o *penês* (*pauper*) era todo aquele que não tinha o suficiente para poder viver sem trabalhar; e o *ptôchos* (*indigens*), cuja situação era tal que necessariamente tinha que mendigar para poder sobreviver. Entre os últimos estavam principalmente os portadores de alguma deficiência ou os impossibilitados de alguma forma ao trabalho. Sendo assim, a pessoa rica era aquela que vivia de suas propriedades e tinha outros trabalhando para ela, ou seja, a pessoa que não precisava de trabalhar para viver, e portanto, podia gozar a vida. Entre os pobres se encontravam:

[...] a pequena burguesia: mestres, comerciantes, artesãos, médicos e outros que tinham trabalho fixo, entrada sólida e eram respeitados geralmente em sua cidade; No pedestal inferior encontravam-se o que hoje conhecemos como povo – a plebs, aqueles que eram valorizados apenas por suas qualidades de produtores úteis: operários, diaristas, pedreiros, pastores, pequenos agricultores e etc.<sup>15</sup>

### A situação religiosa

É preciso tomar consciência que a religião das cidades da Ásia Menor era o “resultado da simbiose da cultura grega postulada por Alexandre Magno e das culturas indígenas, as quais implicavam em boa medida os aspectos místicos”.<sup>16</sup> Somando-se a isso, também é verificável que as várias dominações sofridas pelo povo judeu, as quais deixaram marcas indeléveis em sua religião, também exerceram influencia decisiva na formação do judaísmo presente no I Séc. a.C, o qual foi berço do cristianismo comunicado a região mediterrânea. Temas desenvolvidos pelo judaísmo no exílio e pós-exílio

---

<sup>14</sup> ARENS, 1997, p. 71.

<sup>15</sup> ARENS, 1997, p. 79.

<sup>16</sup> ARENS, 1997, p. 46.

possivelmente também fomentaram o cabedal religioso mediterrâneo na Ásia Menor do I Séc.<sup>17</sup>

Segundo o Dr. Alberto Casalegno, acrescenta-se a esse caleidoscópio religioso o fato da religião mediterrânea da Ásia Menor durante o I Séc. acontecer em meio a uma sensível queda no interesse pelo culto ao deus da *Pólis* e um crescimento no interesse aos fenômenos mágicos. Principalmente, afirma ele, “quando estes fossem ligados ao destino e a fortuna”<sup>18</sup>. Nessa análise, Dr. Casalegno remete-nos aos vários registros desses fenômenos narrados no livro de Atos dos Apóstolos, como a devoção ateniense em erguer monumentos e altares em adoração aos seus ídolos, a veneração e o orgulho dos cidadãos de Éfeso pelo santuário de Ártemis e o culto prestado pelos licaônicos a Zeus e a Hermes.

Característica também marcante na religiosidade mística mediterrânea era a veneração que seus adeptos demonstravam aos protagonistas de tais fenômenos mágicos. Seguindo as pistas históricas deixadas em Atos dos Apóstolos, Casalegno afirma que:

Com perspicácia, o redator atesta também a atitude do paganismo helenista que confere com facilidade honras divinas a homens que realizam coisas fora do comum, Se é a bajulação que leva os habitantes de Cesaréia a dar o título de "deus" a Herodes Agripa I (At. 12.22). é a admiração sincera do povo que atribui o mesmo título a Paulo e a Barnabé em Listra, depois da cura de um aleijado (At. 14.11)<sup>19</sup>.

Como elemento presente e também importante à religiosidade mediterrânea, figurava o judaísmo mediante a movimentação migratória de judeus conhecida como diáspora. Nela, várias comunidades judaicas se espalharam em todo o Oriente, chamando a atenção em seu número sempre crescente e em suas tradições. Porém, com uma observação: “O monoteísmo estrito do judaísmo e suas leis de pureza (no fundo discriminatórias) dificultavam a integração em seu ambiente não-judaico”<sup>20</sup>. Contudo, a fé em um Deus absoluto e soberano e não em um panteão de deuses, que inclusive estavam em conflito entre eles, era atraente para espíritos religiosamente sensíveis. O paganismo carecia de uma revelação divina sólida, coerente e arraigada numa tradição histórica como possuía o judaísmo, respaldada por suas sagradas escrituras. “Por outro lado, também era atraente o fato que o judaísmo apresentasse uma ética clara e precisa coerente com sua “imagem” de Deus e vivida em consequência pelos judeus”<sup>21</sup>.

Havia também as chamadas religiões de mistérios. Das quais pouco se sabe, devido ao teor rigorosamente reservado que mantinham à vida pública. Porém, Arens afirma que a salvação era entendida por elas como libertação das misérias desta vida e

<sup>17</sup> GARCIA, 2010, p. 64-65

<sup>18</sup> CASALEGNO, Alberto. Evangelização e práticas mágicas em Atos dos apóstolos. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 24, 1992, p. 13.

<sup>19</sup> CASALEGNO, 1992, p. 14.

<sup>20</sup> ARENS, 1997, p. 157

<sup>21</sup> ARENS, 1997, p.170

ingresso no mundo dos deuses. Essa salvação estava projetada exclusivamente para a vida depois da morte, ou seja, não atendia a nenhum clamor nesta vida.

Além dos movimentos propriamente religiosos, a filosofia exercia igual influencia sobre o espírito e a mente do cidadão mediterrâneo. Pode-se até dizer que determinavam o modo de viver greco-romano da época. Entre as principais correntes filosóficas que exerciam influencia religiosa na Ásia Menor estão: o cinismo, o estoicismo, o epicurismo, o neoplatonismo e neopitagorismo.

O cinismo era uma variante da escola filosófica de Sócrates, que concentrou sua atenção em promover uma maneira pragmática de ética. Segundo Arens, o cínico tinha por meta chegar a um grau de auto-suficiência tal que não necessitasse de nada e de ninguém. Para isso, estabelecia que a verdadeira liberdade consistia em ser livre de toda a dependência dos bens e fatores externos, inclusive, a mulher e os filhos, caso precisasse.

O estoicismo propunha que o homem sábio e perfeito é o homem virtuoso, que não é outro senão o que vive de acordo com a razão, a qual é inerente à natureza. “Em consonância com Platão, os estóicos propugnavam a justiça, a temperança, a prudência e a fortaleza como virtudes fundamentais”<sup>22</sup>. Porém, indiferentes a realidade social. Afastando dela a atenção e conduzindo sua reflexão e práxis à interiorização, à alma.

O epicurismo, contra o que se costuma pensar, “não propunha busca pura e simples de prazeres sensuais (o hedonismo)”, mas a tranquilidade interior, a *ataraxia*. Produto da libertação de medos e dores pela qual se tem “[...] a atitude imperturbável perante todo sentimento e afeto, o que abre a porta aos prazeres da vida”<sup>23</sup>.

Já o neoplatonismo exaltava o espiritual em detrimento do material ou corporal. O mais valioso é o espiritual, manifestação da alma no homem, enquanto que não se interessava pela realidade social e material da vida. Como nuança a essa filosofia, estava o neopitagorismo. O qual afirmava a necessidade da perfeita comunhão com o mundo divino enquanto rejeitava-se o mundo material, criando-se assim um dualismo. Este novo pitagorismo era um sistema filosófico-religioso de caráter marcadamente ascético e de uma ética rigorosa: alimentação frugal e vegetariana, vestimenta grosseira, sem luxos, abstinência sexual, etc.

## **A comunidade cristã**

Para uma pesquisa sobre a vida da comunidade cristã mediterrânea do primeiro século, o desafio logo se apresenta: a carência das fontes. Conforme observado pelo Dr. José Luiz Izidoro, “o problema básico para escrever uma história do Cristianismo primitivo está na fragmentação das fontes e no caminho como eles se serviram, isto é, na

---

<sup>22</sup> ARENS, 1997, p. 188

<sup>23</sup> ARENS, 1997, p. 192

ausência e na escassez de fontes vitais ou de conhecimentos das áreas do mundo antigo”<sup>24</sup>. Com isso, lembramos que as observações feitas no presente artigo sobre essa comunidade de cristãos é apenas uma tentativa de nos aproximarmos de uma realidade remota no tempo e na história.

Iniciamos com um fragmento histórico de Plínio, governador da Bitínia, Ásia Menor, o qual em uma carta ao imperador Trajano pedia conselho de como tratar e proceder contra os cristãos em um período de perseguição, dizendo que: “os cristãos se reúnem em determinados dias, adoram a Cristo, se comprometem e depois se encontram para celebrar uma comida comum”<sup>25</sup>. Deste extrato, apresenta-se como uma proposta fundamental à identidade da comunidade cristã mediterrânea a prática da comensalidade. Ou seja, a partilha de alimentos por meio da Eucaristia. Através da prática eucarística os cristãos mediterrâneos além de se identificarem com Cristo – na celebração dos elementos eucarísticos –, também comunicavam uma identidade à sociedade: *aqueles que se reúnem para comer em comum*. Nesse sentido, Paulo Roberto Garcia afirma que as “práticas alimentares cotidianas tiveram, no cristianismo primitivo, uma importância que influenciou a recepção da memória de Jesus e também a organização do movimento”<sup>26</sup>.

Outro importante registro para descrevermos um possível quadro da igreja mediterrânea localizada na Ásia Menor, é o relato que José Luiz Izidoro reproduz do trabalho feito pelo pesquisador Archibald Mulford Woodruff.<sup>27</sup> Neste trabalho, Dr. Archibald aponta algumas das experiências cristãs que existiam antes do auge da atividade de Paulo, isto é, a Igreja Síria Oriental e a Igreja Síria Ocidental (a igreja Antioquenha). Ele relata algumas das principais características dessas comunidades cristãs:

A igreja de Síria oriental é conhecida a partir de sua produção literária e história posterior, por sua ética exigente e cristologia sapiencial. Praticava-se o Batismo e a Santa Ceia [...] A igreja de Antioquia é conhecida por sua liberdade concernente à lei, à conversão de gentios, ao querigma da morte e da ressurreição de Jesus, ao tema apocalíptico do futuro triunfo de Deus e a autoconsciência do grupo.<sup>28</sup>

Além dessas informações, é igualmente importante saber que o cristianismo nascente no mediterrâneo durante o primeiro século não foi um movimento estritamente “inventado” e etéreo à sua realidade. Antes, a comunidade cristã produziu uma simbiose<sup>29</sup>

<sup>24</sup> IZIDORO, José Luiz. Introdução à história do cristianismo do sul do mediterrâneo na pesquisa do NT. *Revista Phoenix*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 74, 2009.

<sup>25</sup> IZIDORO, 2009, p. 86.

<sup>26</sup> GARCIA, Paulo Roberto. Isto é o meu corpo: rituais de alimentação e interação social no cristianismo primitivo. *Revista Caminhando*. São Bernardo do Campo, v. 12, n.20, p. 22, 2007.

<sup>27</sup> WOODRUFF, 1996, p. 78-9

<sup>28</sup> WOODRUFF apud IZIDORO, 2009, p. 92.

<sup>29</sup> Termo que se refere é uma relação mutuamente vantajosa, na qual, dois ou mais organismos diferentes são beneficiados por uma associação.

entre a fé cristã e a realidade concreta da cultura e vida greco-romana. Reinventando-as ou adaptando-se a elas. Segundo o Dr. Izidoro:

O cristianismo, procedendo do judaísmo, implantou-se edesenvolveu-se em ambientes grecoromanos, assimilando, integrando, interagindo e reinterpretando muitos elementos socioculturais e categorias de pensamentos neles encontrados [...].<sup>30</sup>

Neste sentido, Francisco Chagas V. L. Junior apresenta uma proposta interessante a respeito da influencia recíproca do mundo greco-romano e o cristianismo mediterrâneo, dizendo que “termos como evangelho, salvador, fé, senhor e assembléias (igrejas), foram termos cunhados pelo culto imperial e tomados pelo cristianismo primitivo como termos usuais da cultura cristã”<sup>31</sup>. Segundo Francisco Junior, vários atributos de César foram relacionados à figura de Jesus Cristo nas comunidades cristas primitivas, como uma forma de protesto a César e não para comparar Jesus ao dito imperador. Junior afirma que, “por causa da influencia negativa que a visão imperial do mundo romano exerceu na mente dos primeiros cristãos, essa era uma forma de “desafiar” o poder imperial romano”<sup>32</sup>.

### Os desafios prementes

Diante de todo o conjunto de informações descritas, levantadas e abordadas até aqui sobre a vida da comunidade cristã mediterrânea do primeiro século, cabe agora refletir na forma, e por quais meios, as circunstancias da época desafiaram o cristianismo em formação, exigindo dele uma resposta e, por conseguinte, uma postura. Para isso, serão verificadas a partir das observações feitas algumas das carências, limitações e deficiências estruturais da sociedade mediterrânea do primeiro século. Descrevendo-as em seus aspectos políticos, sócio-econômicos e religiosos. Uma possível concatenação das marcas sensíveis sinalizadas nas seções anteriores, as quais além de sentidas na comunidade cristã também debilitavam a sociedade da época.

No governo greco-romano verifica-se que havia estabelecida uma nítida política de segregar a sociedade mediante um governo de clientelismo. Foi visto que as *Pólis* classificadas como colônias, por exemplo, eram privilegiadas e tinham a isenção de impostos tão somente devido à fidelidade inquestionável a Roma e a lealdade ao culto imperial. Em detrimento a outras que não tinham essa obediência militar tão característica dessas colônias, como as de Filipos, Icônio e Listra. Com isso, fomentava-se uma prática em que os cargos municipais e as funções administrativas de uma cidade eram buscados

---

<sup>30</sup> IZIDORO, 2008, p. 1

<sup>31</sup> LIMA JUNIOR, Francisco Chagas Vieira. Circularidade cultural e resistência simbólica no cristianismo primitivo: os relatos evangélicos sobre o nascimento de Jesus e o culto ao imperador romano. *Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 102, p. 128. 2009.

<sup>32</sup> LIMA JUNIOR, 2009, p. 128.

principalmente para se obter o louvor, os aplausos e a adoração do povo. Sendo que este último era “educado” para que honrasse os benefícios e benfeitorias realizadas em favor da cidade, compreendendo a arquitetura, beleza e espetáculos; E não, a ética, a justiça e a integridade, como fatores fundamentais à administração.

No aspecto socioeconômico é notória a separação social profundamente arraigada, filosoficamente defendida e naturalmente concebida entre a sociedade. E mais, como essa distinção segregava as pessoas de forma terminantemente decisiva, definindo vários aspectos da vida desde o nascimento até a morte. Pois, uma pessoa não nascia livre como um estado natural e inerente, mas antes, definido pelo nível social a que sua família pertencia. Resultando assim que as pessoas eram tratadas estritamente conforme a “catalogação” social a que ocupava: o escravo não era tratado da mesma forma que o senador, nem o homem igual à mulher, nem o nascido livre igual ao liberto. E em meio a este mundo a comunidade cristã vivia e dele participava, contudo, em diversos graus de passividade ou de resistência.

Chegavam a ser apresentadas idéias de cuidado ao escravo, a partir de conceitos de “propriedade valiosa”, e não, a partir de sentimentos de respeito e alteridade. Chegando ao ponto de escritores famosos recomendarem publicamente a maneira de tratar os escravos no tocante a roupa, habitação, vida familiar e saúde, como se o fizesse a uma mercadoria. Ou seja, a situação do/a escravo/a era degradante. Agravava essa situação o fato das articulações que politicamente eram feitas, de forma sistemática e metódica, objetivando controlar o número de escravos libertos, fazendo com que estes sempre estivessem em menor número.

Ser pobre, não era precisamente resultado financeiro, mas sim, resultado da categoria social em que se nascia ou em que se vivia. Correspondendo a pobre, todo/a aquele/a que necessitasse trabalhar para sobreviver, isto é, o trabalho era considerado algo depreciativo e desonroso. Por conseguinte, o trabalho e o correspondente resultado financeiro obtido por ele não davam garantias de ser livre, cidadão e nem mesmo comprar um pedaço de terra. Pois um camponês, por exemplo, que trabalhasse em um campo o qual lhe havia sido arrendado, não poderia jamais comprar este campo se antes não fosse cidadão; e para isso, ser antes livre.

Já no aspecto religioso eram desafios aos cristianismos originários do mediterrâneo as propostas que se apresentavam de uma religião que, enquanto apresentava uma sensível queda no culto ao deus da Pólis, aumentava no interesse aos fenômenos mágicos surpreendentes. Principalmente, quando estes fossem ligados ao destino e a fortuna. Com isso, se colocavam a veneração e a honra que essa religiosidade desenvolvia em torno daqueles/as que realizavam tais fenômenos, resultando quase sempre na adoração a tais personagens pelo público, e na exploração do último. No outro extremo estava o judaísmo que com o seu monoteísmo exclusivista e com suas leis de

pureza, dificultavam a integração em seu ambiente não-judaico, isolando-o assim na sociedade. O que representava uma desvantagem ao cristianismo nascente. Pois aos olhos da sociedade greco-romana o cristianismo nascente era tão somente uma seita do judaísmo.

Além disso, estavam as chamadas religiões de mistérios e as correntes filosóficas que respectivamente defendiam uma salvação essencialmente abstrata e além túmulo, sem nenhum significado prático e concreto para esta vida. Sofismas eminentemente individualistas que exaltavam o espiritual em detrimento do material ou do corporal. Obrigando a uma vida rigorosamente ascética e a margem da realidade. Quando não, buscando prazeres, mas rejeitando todas as debilidades intrínsecas a vida no afã de encontrar somente a felicidade, como tentou o epicurismo.

### **As propostas dadas pelo cristianismo como respostas ao contexto da época**

Conforme disse Eduardo Arens, a inspiração divina na produção das orientações apostólicas à comunidade de fé não isolou seu autor humano de sua realidade circunstancial. Assim os textos bíblicos foram redigidos em circunstâncias e condicionamentos muito concretos e em diálogo com eles, “tendo precisamente em conta, essas circunstâncias políticas, sociais, econômicas e religiosas, com a finalidade de orientar seus destinatários, em como viver a fé nas condições ou circunstâncias em que se achavam”<sup>33</sup>. Com isso, dentro do escopo geográfico e cultural em que refletimos neste artigo, os escritos neotestamentários são de particular interesse para o estudo das propostas apresentadas pelo cristianismo mediterrâneo. Principalmente, as cartas do apóstolo Paulo e o evangelho de Lucas à comunidade cristã. A partir dos ensinamentos transmitidos pelo apóstolo Paulo e a tradição lucana, podemos refletir, de forma pontuada e breve, sobre quais foram as respostas dadas pelo cristianismo na Ásia Menor aos desafios que lhe foram apresentados.

Diante de uma sociedade essencialmente estratificada por uma discriminação estabelecida de forma estatal, filosófica e religiosa, na qual os critérios de catalogação social eram principalmente a ostentação e o status de poder, fez-se urgente a necessidade de declarar que na comunidade cristã não há mais diferença! Não há diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos são um em Jesus Cristo. (Gl. 3.28)<sup>34</sup>. Portanto, a comunidade cristã mediterrânea tinha como proposta e novo sentido de relações humanas a realidade a partir da fé em Cristo. Pelo qual as pessoas são livres de toda lei que intenta reduzir o valor intrínseco humano na forma de camadas, privilegiando uns e marginalizando outros. Talvez por isso, (e de outros fatores) o cristianismo se apresentou como um perigo de desestabilização: “Estes que têm

---

<sup>33</sup> ARENS, 1997, p. 12

<sup>34</sup> BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada Edição Pastoral. Tradução: Ivo Storniolo et al. São Paulo: Paulus, 1990.

transtornado o mundo chegaram também aqui..." (Atos 17.6); é o que foi dito acerca dos apóstolos que testemunhavam o kerigma da vida e da liberdade.

Quanto à situação comumente aceita e praticada pelo clientelismo visando apenas o benefício próprio e o louvor, a comunidade cristã foi orientada a que nada fizessem "por vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo" (Fp. 2.3). Neste texto é afirmado por meio do exemplo de Cristo que a verdadeira exaltação ou autoridade não é comunicada ou recebida pela ostentação e opulência, mas sim, pelo serviço e humildade. Com isso, Paulo propõe a comunidade cristã, e essa ao mundo mediterrâneo, que não busquem em suas ocupações satisfazer tais desejos. Evitando então as divisões causadas pelo espírito de competição, pelo desejo de receber honras e pela busca dos próprios interesses. Para isso, a comunidade cristã mediterrânea verificou e vivenciou de forma fundamental a prática da humildade.

Com relação ao aspecto socioeconômico nota-se que na comunidade cristã mediterrânea houve uma ênfase em relação ao cuidado devido ao pobre. Precisamente, à segunda categoria: *o indigente*. O mendigo indigente que por alguma razão não podia trabalhar e, portanto, dependia da ajuda de outros para sobreviver. Segundo Arens, *ptôchos* era o termo grego que designava *quem se põe de cócoras e se agacha*. Arens ressalta como interessante o fato de que *ptôchos* seja o único termo que aparece sistematicamente nos escritos do Novo Testamento com exceção de 2Cor. 9.9 e em Lc. 21.2. Com isso o predomínio do termo parece proposital, reivindicando a sociedade e a comunidade cristã a necessidade de atenção ao pobre impossibilitado de *auto erguer-se*.

Isto se apresentava como um grande desafio ao cristianismo. Pois em todos os povos, segundo Arens, os anciãos, os parentes e os amigos eram objetos de benevolência. Na órbita de influência grega, estendia-se a benevolência ao *paróikos* ou *peregrinus*, o residente estrangeiro e também a quem estava de passagem, sobretudo o comerciante. No mundo romano, porém, a hospitalidade só se voltava aos amigos, principalmente, como forma de retribuir um favor. Porém, nem os gregos e nem os romanos estendia sua benevolência aos pobres. Estes não eram objetos de caridade. Para o greco-romano comum, justiça era dar a cada um o que lhe correspondia, não alterando as diferenças estabelecidas pela "deusa natureza".

Assim, era urgente para a comunidade cristã retomar o ensino de Jesus registrado pela comunidade a qual dirigiu Lucas o evangelho, localizada em Antioquia na Síria, um dos berços do cristianismo mediterrâneo, ao dizer:

"Quando deres um jantar ou uma ceia, não convides os teus amigos, nem teus irmãos, nem teus parentes, nem vizinhos ricos; para não suceder que eles, por sua vez, te convidem e sejas recompensado. Antes, ao dares um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos" (Lc 14.12-14).

Essa mensagem era reafirmada quando na comunidade cristã da Ásia Menor era esclarecido quem era o seu próximo. (Cf. Lc 10.29-37).

Quanto ao desafio apresentado no campo religioso pelos adeptos da magia, os quais atraíam os seus seguidores por meio do fascínio e da possibilidade de serem enriquecidos, a comunidade cristã alertava sobre o conceito elaborado por estes feiticeiros. O qual postulava que o poder de dominar as forças ocultas que influem na vida dos homens é transmissível e, portanto, adquirível por dinheiro. É o registro do episódio de Simão, o mago, registrado em Atos 8.9-23, no qual se desmascara o desejo egocêntrico de poder e de afirmação daqueles que buscam tais práticas, a denuncia da ligação existente entre os serviços pseudo-religiosos oferecidos e o interesse pessoal dos curandeiros e dos magos da época em obter fama e prestígio.

Quanto à ética para a vida em sociedade, a orientação era de que ao contrário do judaísmo, que com sua prática exclusivista e com suas leis de pureza, dificultavam a integração em seu ambiente não-judaico, isolando-se assim na sociedade; a proposta cristã reivindicou uma vida comunitária em perfeita harmonia num mundo no qual *“tudo que Deus criou é bom, e, recebido com ação de graças”* (ITm. 4.4). Com isso, várias são as recomendações para que as refeições, principal meio de comunicar afeto e amizade no mundo mediterrâneo, não fossem usadas com discriminação, mas sim para inclusão e integração na comunidade cristã. (Cf. Rm 14.1-23; 1Cor 8.8-13).

Em resposta as propostas filosóficas e as religiões de mistério, as quais defendiam uma salvação essencialmente abstrata e sem nenhum significado prático e concreto para esta vida; exaltando o espiritual em detrimento do material, obrigando a uma vida rigorosamente ascética e a margem da realidade. Quando não, buscando prazeres, mas rejeitando todas as debilidades e vicissitudes intrínsecas a vida. O cristianismo mediterrâneo rejeitou diametralmente todas essas propostas. Declarando, por exemplo, a partir do texto considerado um dos primeiros textos produzidos no Novo Testamento (antes até mesmo dos evangelhos) que o viver diligentemente cuidando da vida concreta e trabalhando com as próprias mãos, constituía ferramentas e meios indispensáveis para a prática do amor, a vivência fraternal e à ética. (Cf. Tessalonicenses 4.9-12).

### **Considerações finais**

O objetivo de verificar e refletir, ainda que de forma breve e pontuada, sobre a comunidade cristã existente em algumas áreas delimitadas em torno do mediterrâneo no primeiro século, nos conduz, dentre outras pressuposições, a uma premissa inspiradora: a igreja é sempre uma comunidade que aprende ser igreja em sua época e circunstâncias. Não há e nunca haverá um modelo pronto de igreja. O Espírito Santo sempre guiou e sempre guiará a igreja a agir com criatividade e coragem ante os novos desafios impostos a cada época. Sempre adequando-a, edificando-a e a reconstruindo.

Isso implica na importância da teologia em correlacionar de forma crítica e mútua a historicidade da igreja, a historicidade da fé, a interpretação da tradição cristã e a “interpretação de nossa experiência humana contemporânea”.<sup>35</sup> A exegese crítica possibilitou então romper com as leituras ingênuas, concordistas ou apenas historicistas da Bíblia, contribuindo, sobretudo, para a exploração dos textos sagrados resultando em uma compreensão mais ampla.<sup>36</sup>

As informações importantes e fundamentais sobre a igreja e o cristianismo no século I registradas nas escrituras sagradas por mais preciosas que são, ainda assim, oferecem dificuldades a uma correta compreensão do fato e seu propósito. Como muito bem observado por Dominic Crossan, nesses escritos é difícil separar a história da teologia, a tradição da redação, e Lucas, nos seus relatos, nos dá apenas uma imagem geral do acontecimento. Além disso, outras regiões que continham a experiência cristã foram omitidas. “Nos Atos dos Apóstolos, Lucas põe em movimento o cristianismo para oeste no eixo Jerusalém-Roma, sem nada dizer sobre o cristianismo siríaco ao norte, nem sobre o copta, ao sul”.<sup>37</sup>

Portanto, é imprescindível a uma correta compreensão teológica, bíblica e pastoral do Novo Testamento, uma exploração criteriosa e criativa dos acontecimentos narrados na Bíblia. De forma a servir a igreja em sua construção, ou na ampliação, do sentido que busca na interpretação dos fatos ocorridos ali. Contudo, uma postura de cautela e equilíbrio deve ser sempre privilegiada para que seja evitado o resultado apenas historicista. Para isso, tomo por empréstimo as palavras de Rahner:

A qualidade científica da Teologia deveria consistir na capacitação para responder às perguntas do ser humano religioso atual, muito mais do que na quantidade das informações acumuladas. Não por ser muito, mas por ser pouco científica, é que a Teologia se afasta da vida.<sup>38</sup>

À necessidade e a relevância dos estudos histórico-críticos como chave-hermenêutica de compreensão à leitura e abordagem da Bíblia, acrescenta-se o fato de que o cristianismo no século I nunca foi homogêneo em sua forma, ritos e práticas. Mas sim, conforme demonstrado pelas pesquisas recentes do Novo Testamento, uma comunidade cristã formada a partir de uma pluralidade de cristianismos. Os quais, devido a condicionamentos regionais, culturais e religiosos distintos, recebiam e difundiam características e identidades próprias a cada um. Portanto, a necessidade de uma

---

<sup>35</sup> GEFFRÉ, Claude. Como fazer teologia hoje – hermenêutica teológica. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989, p. 7. Tradução de: *Lê Chistianisme au risque de l'Interprétation*.

<sup>36</sup> CROATTO, Severino J. *Hermenêutica Bíblica: para uma teoria da leitura como produção de significado*. São Leopoldo: Editora Sinodal, Edições Paulinas, 1985, p. 14.

<sup>37</sup> CROSSAN, Dominic John. *O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 18.

<sup>38</sup> HAMMES, Érico João. *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner*. *Cadernos de Teologia Pública*. São Leopoldo, Ano 1, n.5, 2004.

hermenêutica coerente ao contexto bíblico-histórico que originou os escritos neotestamentários e a relevância do conhecimento das situações concretas que permearam a comunidade cristã receptora dos referidos escritos, conduz-nos a explorar de forma séria as riquezas fixadas, e também inexploradas, na historicidade do cristianismo. Buscando no conhecimento do passado chaves hermenêuticas que unidas a realidade contemporânea da comunidade de fé, possam interpretar e desenvolver o presente. Tendo em vista que a condição para uma interpretação correta e eficaz dos escritos do Novo Testamento – como também de toda a escritura sagrada – é que ela seja coesa ao acontecimento histórico que a originou ou, que esteve em seu entorno.

## Referências

ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para compreensão do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1997.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução: Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil e Casa Editora Presbiteriana, 2000.

CROATTO, Severino J. *Hermenêutica Bíblica: para uma teoria da leitura como produção de significado*. São Leopoldo: Editora Sinodal, Edições Paulinas, 1985.

CROSSAN, Dominic John. *O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004.

CASALEGNO, Alberto. *Evangelização e práticas mágicas em Atos dos apóstolos. Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 24, p. 13-28, 1992.

GARCIA, Paulo Roberto. *Guia de Estudos: Desenvolvimento histórico e sistemático*. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2010, p. 63-66.

GARCIA, Paulo Roberto. *Isto é o meu corpo: rituais de alimentação e interação social no cristianismo primitivo*. *Revista Caminhando*. São Bernardo do Campo, v. 12, n.20, p. 18-28, 2007.

GEFFRÉ, Claude. *Como fazer teologia hoje – hermenêutica teológica*. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989. Tradução de: *Lê Chistianisme au risque de l'Interprétation*.

IZIDORO, José Luiz. *Introdução à história do cristianismo do sul do mediterrâneo na pesquisa do NT*. *Revista Phoenix*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 74-98, 2009.

IZIDORO, José Luiz. *O problema da identidade no cristianismo primitivo: interação, conflitos e desafios*. *Revista Oracula*. São Bernardo do Campo, v. 4, n.7, 2008.

LIMA JUNIOR, Francisco Chagas Vieira. Circularidade cultural e resistência simbólica no cristianismo primitivo: os relatos evangélicos sobre o nascimento de Jesus e o culto ao imperador romano. *Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 102, 2009.

[Recebido em: janeiro de 2014

Aceito em: julho de 2014]